

# Brasil só negocia em bases novas

25 SET 1985

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero  
de Nova York

O presidente José Sarney disse ontem, em Nova York, que o Brasil apresentará propostas concretas para uma negociação não ortodoxa da dívida quando os organismos internacionais concordarem com a reivindicação básica do discurso que fez há dois dias nas Nações Unidas — ou seja, aceitarem conversar com o Brasil em novas bases, que preservem a necessidade de crescimento do País.

Esta foi a resposta que o presidente da República deu, na manhã de ontem, a uma das perguntas que lhe foram feitas por um numeroso grupo de acadêmicos, empresários e personalidades do "establishment" norte-americano, com o banqueiro David Rockefeller e o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, num café da manhã promovido pelo Council of Foreign Relations, uma instituição dedicada à promoção de debates e que publica a respeitada revista de política

internacional Foreign Affairs.

Sarney, que fez um breve discurso, foi perguntado, também, sobre a política de informática e o problema da estatização da economia. Sobre a informática, disse que a lei de reserva de mercado atende aos interesses nacionais e está amparada também pelo GATT, que reconhece o direito de um país fechar temporariamente seu mercado para desenvolver uma nova indústria.

Em relação à estatização, ele lembrou que o alastramento do controle do Estado sobre a economia foi um dos resultados de vinte anos de autoritarismo e que, com o retorno do País à democracia, deverá ocorrer o processo inverso.

Trabalhar pela ampliação do papel do setor privado na economia, afirmou o presidente, é uma das prioridades de seu governo. De acordo com o chanceler Olavo Setúbal, a resposta de Sarney foi o momento alto da sessão do café da manhã.

A pergunta que todos desejariam ver respondida

com igual clareza, contudo, é a primeira, que Sarney respondeu apenas pela metade. Eles quiseram saber que medidas alternativas concretas o governo brasileiro tem em mente para buscar uma solução da dívida fora das leis de mercado, como pregou o presidente em seu discurso nas Nações Unidas.

Não está claro, contudo, se o presidente já tem essas propostas definidas. "Nós não estamos dizendo que temos nem que não temos essas propostas", disse ontem o embaixador Rubens Ricupero, um dos integrantes da assessoria próxima de Sarney.

O chanceler Olavo Setúbal deu a entender, ontem, numa conversa com um grupo de jornalistas, que tais propostas ainda não estão definidas. "Uma ideia óbvia é a capitalização dos juros. Outra, é a renegociação de uma parte dos juros. E há mais trezentas ideias no ar, várias delas compiladas num estudo que o banco Morgan fez", disse Setúbal.

O fato de o governo não ter já pronto o que seria o próximo lance da estratégia anunciada pelo presidente da República nas Nações Unidas pode retirar impacto à própria estratégia. Mas este não é, no entender das autoridades, a questão essencial. A questão essencial é conduzir o Fundo Monetário Internacional a uma flexibilização de suas posturas "ortodoxas, dogmáticas e sectárias", segundo as palavras do presidente da República. E o primeiro teste deste esforço serão as negociações que o governo tentará entabular com a instituição dentro de duas semanas, em Seul.

Importante diplomata brasileiro nos Estados Unidos acredita que o Fundo será forçado a amolecer sua receita pelo México. "O México está novamente numa situação difícil e, potencialmente, não muito longe de um novo agosto de 1982. Agora, os dois terremotos criaram uma situação ainda mais difícil." Exigir mais austeridade do México neste momento não parece realista, segundo o diplomata.

"Se insistirem nessa direção, vem um outro terremoto. Só que o terceiro terremoto pode derrubar muita coisa em Washington e em outras capitais", disse ele. A ameaça de pôr fogo no circo, feita pelo presidente peruano Alan García, também favoreceria o Brasil, por estabelecer um contraste, de acordo com essa avaliação.